

Educação democrática, pensamento complexo e crise civilizatória: contribuições de Juan Miguel Batalloso Navas em diálogo com Edgar Morin

Democratic education, complex thought and civilizational crisis: contributions by Juan Miguel Batalloso Navas in dialogue with Edgar Morin

Alfredo Henrique Corrêa de Paula^{1*} , Marilza Vanessa Rosa Suanno¹

¹Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, GO, Brasil

COMO CITAR: PAULA, A. H. C.; SUANNO, M. V. R. Educação democrática, pensamento complexo e crise civilizatória: contribuições de Juan Miguel Batalloso Navas em diálogo com Edgar Morin. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 21, e19278, 2026. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v21i00.1927801>

Resumo

Este texto analisa as reflexões de Juan Miguel Batalloso Navas sobre a relação entre educação e democracia, em diálogo com o pensamento complexo de Edgar Morin e com o contexto policrísico contemporâneo, marcado pela recessão democrática global. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado em Educação. Os dados foram produzidos por meio de entrevista semiestruturada, realizada em 2022, com pesquisador estrangeiro de reconhecida trajetória acadêmica. O material foi submetido a uma análise interpretativa, orientada por categorias construídas a posteriori. A análise organiza-se em três eixos: o ensino da democracia, entendido como formação para o pensamento crítico e complexo; a vivência da democracia, concebida como experiência cotidiana de participação e diálogo; e a defesa da democracia, situada como compromisso educativo frente às ameaças autoritárias. De modo transversal, destaca-se a crítica ao eurocentrismo e a articulação entre pensamento complexo e pensamento do Sul.

Palavras-chave: educação; democracia; complexidade; pensamento do sul; crise civilizatória.

Abstract

This text analyzes Juan Miguel Batalloso Navas' reflections on the relationship between education and democracy, in dialogue with Edgar Morin's complex thinking and the contemporary polycrisis context, marked by global democratic recession. This is a qualitative, exploratory study developed as part of a master's thesis in Education. The data were produced through a semi-structured interview conducted in 2022 with a foreign researcher of recognized academic standing. The material was subjected to an interpretive analysis, guided by categories constructed *a posteriori*. The analysis is organized around three axes: the teaching of democracy, understood as training for critical and complex thinking; the experience of democracy, conceived as a daily experience of participation and dialogue; and the defense of democracy, situated as an educational commitment in the face of authoritarian threats. Across the board, criticism of Eurocentrism and the articulation between complex thinking and Southern thinking stand out.

Keywords: education; democracy; complexity; southern thinking; civilizational crisis.

INTRODUÇÃO

Entrevistar o professor Dr. Juan Miguel Batalloso Navas é uma honra, considerando a trajetória profissional com décadas de trabalho realizado em escolas, com crianças e jovens, seguido por anos de trabalho na formação de professores da educação básica.

*Autor correspondente:

alfredohenrique@live.com

Submetido: Abril 29, 2024

Revisado: Janeiro 23, 2026

Aprovado: Janeiro 23, 2026

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: nada a declarar.

Aprovação do comitê de ética: O projeto de pesquisa intitulado "Educação para democracia: reflexões a partir de Edgar Morin" foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, cadastrado na Plataforma Brasil e aprovado conforme parecer nº 5.583.901.

Disponibilidade de dados: Os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo. Trabalho realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Juan iniciou sua percurso profissional no ensino básico no meio rural, depois atuou no Ensino Primário e no Ensino Fundamental na cidade de Camas (Andaluzia/Espanha). Nas décadas seguintes foi diretor de escola, conselheiro escolar, chefe do Departamento de Orientação Educacional de Institutos de Ensino Secundário.

Além disso, o entrevistado teve interesse e tempo para participar de movimentos em diferentes frentes sociais, culturais e de pesquisa. Juan é Bacharel em Filosofia e Ciências da Educação e Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Sevilha.

Na Espanha, Portugal, Brasil, México, Peru e Chile atua com participações em eventos, conferências e publicações. No Brasil, em especial, atuou em parceria com os membros do “Grupo de Pesquisa ECOTRANS - Ecologia dos Saberes, Transdisciplinaridade e Educação (CNPq)”, coordenado pela Profa. Dr^a. Maria Cândida Moraes e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília - UCB. No Chile, compõe o Conselho Acadêmico Internacional da “Universitas Nueva Civilización” da Universidade Virtual de Santiago do Chile. Na Espanha atua como Editor do site KRISIS (<https://batalloso.com>) e participa da Associação “Memória, Liberdade e Cultura Democrática”.

OBJETIVO

O presente texto tem por objetivo tornar públicas e analiticamente inteligíveis as reflexões de Juan Miguel Batalloso Navas acerca da relação entre educação e democracia, em diálogo direto com o pensamento complexo de Edgar Morin e com o contexto policrísico que caracteriza o início do século XXI.

Parte-se do reconhecimento de que as profundas transformações sociais, políticas, culturais e civilizatórias das últimas décadas abalaram as formas tradicionais de pertencimento, intensificaram o individualismo e fragilizaram os regimes democráticos, produzindo um cenário marcado pela interdependência entre crises econômicas, políticas, ecológicas e educacionais. Nesse horizonte, a entrevista é compreendida como um dispositivo de problematização crítica da crise contemporânea das democracias e de suas implicações para os processos educativos.

De modo específico, o texto busca evidenciar como as categorias mobilizadas pelo entrevistado contribuem para (re)pensar o papel da educação escolar como prática política, formativa e regeneradora. Em vez de apresentar prescrições normativas, o objetivo é oferecer ao leitor um conjunto articulado de reflexões que permitam compreender a educação como espaço estratégico de resistência à escalada autoritária e de construção de alternativas democráticas, ancoradas em um realismo utópico que reconhece a existência de possibilidades ainda invisíveis no real e a historicidade das transformações sociais.

METODOLOGIA

A entrevista apresentada neste artigo integra uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado em Educação, orientada pelo referencial do pensamento complexo. Parte-se da compreensão de método não como um conjunto rígido de procedimentos, mas como uma atividade reflexiva e estratégica do sujeito pesquisador, em consonância com uma epistemologia que reconhece a incerteza, a contextualização e a implicação do pesquisador no processo de produção do conhecimento. Tal concepção fundamenta-se na crítica à racionalidade instrumental e na valorização da dialogicidade, da recursividade e da abertura teórica como princípios constitutivos da investigação científica.

No plano empírico, adotou-se a entrevista semiestruturada como principal procedimento de produção dos dados, por sua adequação à investigação de concepções, trajetórias intelectuais e interpretações teóricas complexas. Essa modalidade de entrevista caracteriza-se pela existência de um roteiro prévio de questões articuladoras, combinado com flexibilidade suficiente para permitir aprofundamentos, esclarecimentos e deslocamentos temáticos relevantes, preservando a espontaneidade e a densidade reflexiva das respostas. O roteiro

foi elaborado a partir dos eixos centrais da pesquisa e buscou favorecer respostas amplas, argumentativas e contextualizadas.

O entrevistado, professor Juan Miguel Batallosa Navas, foi selecionado intencionalmente em razão de sua reconhecida trajetória acadêmica e profissional, bem como de sua interlocução qualificada com a obra de Edgar Morin e com o debate contemporâneo sobre educação democrática. A entrevista foi realizada no ano de 2022, por meio de respostas escritas, considerando aspectos logísticos e linguísticos, o que possibilitou ao entrevistado maior tempo de elaboração e precisão conceitual. Não houve delimitação prévia de extensão das respostas, de modo a assegurar liberdade argumentativa e aprofundamento analítico.

O material empírico produzido foi submetido a um processo de organização e análise interpretativa, orientado por categorias analíticas construídas a posteriori, em diálogo com o referencial teórico da complexidade e com os temas emergentes das próprias respostas do entrevistado. A análise não teve caráter prescritivo ou classificatório, mas buscou evidenciar núcleos de sentido, articulações conceituais e tensões presentes no discurso, especialmente no que se refere às relações entre educação, democracia, ética, participação e formação humana. A entrevista é apresentada como texto integral, entendida simultaneamente como fonte empírica e como produção intelectual relevante em si mesma.

Do ponto de vista ético, a pesquisa atendeu às normas vigentes para pesquisas com seres humanos. O projeto foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, e o entrevistado assinou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando expressamente a divulgação de seu nome e de suas contribuições. Os registros da entrevista foram devidamente armazenados e preservados, assegurando a integridade do material e a transparência do processo investigativo, conforme descrito no manuscrito original submetido ao periódico.

A ENTREVISTA

¿Cómo percibes la relación entre democracia y educación escolar en la obra de Edgar Morin?

Juan Miguel Batallosa Navas: La biografía y el compromiso social y político de Edgar Morin, además de sus últimas obras como *“La Vía”*; *“Cambiar de vía”* y *“Lecciones de un siglo de vida”*, nos muestran que la idea de democracia que posee va muchísimo más allá que los procedimientos de representación a los que estamos acostumbrados en los sistemas democráticos constitucionales. Él mismo nos habla en numerosas ocasiones de que la democracia necesariamente tiene que impulsar la desburocratización generalizada de las organizaciones e instituciones sociales y políticas al mismo tiempo que propician la desparcelación y la desespecialización ya que la compartimentación del conocimiento en disciplinas estancas y la superespecialización funcional niegan la autonomía, la creatividad y la participación efectiva de los individuos en los procesos sociales y políticos. De hecho Morin aboga por ir siempre más allá de la democracia representativa de forma que se haga más participativa con el fin de que todos los ciudadanos no sean meros receptores pasivos de propuestas que elaboran otros por ellos, sino que ejerzan real y prácticamente su responsabilidad y solidaridad. Podría decirse igualmente que Morin apunta y sugiere una política de civilización capaz de concebir alternativas posibles al desastre ocasionado por la civilización tecnocientífica, capitalista y mercantil que conocemos. Sin duda alguna, su visión de la democracia se dirige hacia un esfuerzo permanente de profundización y desarrollo capaz de hacer visibles y concretos en lo material y en lo social los valores de Libertad, Igualdad y Fraternidad.

Sin embargo, Morin no es ningún ingenuo que sueña paraísos imaginarios e imposibles, como tampoco un ignorante que no tiene conciencia de los riesgos, peligros y complejidades de los sistemas democráticos. Su experiencia de vida, su visión de la historia y su conciencia de que la Ética no es un reloj exacto que orienta con precisión nuestras intenciones y nuestras acciones, le hacen concebir la democracia de un modo particular. La democracia la concibe, no solo como un sistema complejo de vínculos, relaciones, mediaciones y negociaciones en el que conviven e interaccionan orden y desorden, avances y retrocesos, posibilidades y probabilidades todas ellas en un contexto planetario, sino también como una actitud interior y una conducta permanente de apuesta y estrategia. En este sentido los sistemas democráticos se desarrollan a partir de la conciencia de la complejidad de la condición humana

y de los grupos y organizaciones sociales, sin perder nunca de vista que las intenciones de las acciones que emprendemos se pueden desviar en el curso de la acción y producir resultados inesperados e incluso contradictorios o contrarios a nuestras intenciones iniciales (principio de ecología de la acción). Así pues, entiendo que la democracia para Morin es muchísimo más que un mecanismo burocrático y reglado de representación en el sentido de que es algo dinámico, complejo, interactivo, retroactivo y por tanto con presencia de conflictos permanentes que dependiendo del modo en que se enfrenten y resuelvan y del modo de pensar, razonar y sentir de los individuos, así serán los efectos y resultados que se generen.

Desde esta perspectiva, tanto para Morin como para Freire, la democracia no puede de ningún modo formalizarse como algo inmutable, fijo, estático dado y heredado de antemano, sino que por el contrario hay que concebirla como un sistema de convivencia que garantice la paz, la concordia, la justicia, la igualdad, la fraternidad y el cuidado de la nave planetaria común. En este sentido la democracia y sus valores no se aprende en los libros, las leyes y los tratados sino mediante la experiencia personal y comunitaria de compromiso, responsabilidad y solidaridad con nuestros semejantes y con el planeta. Como diría Freire, la democracia se aprende mediante el ejercicio de la libertad, que comporta igualmente el ejercicio de la responsabilidad y de que somos inevitablemente seres de vínculos y relaciones. Podría decir incluso, parafraseando a Paulo Freire que la democracia o el ser o sentirse demócrata es en realidad una actitud interior profundamente amorosa que requiere de conocimiento, cuidado, respeto, responsabilidad como decía Erich Fromm en relación con el amor.¹ Esta es la razón por la que cuando se promueve intencionada o involuntariamente la mentira, la falsedad, el odio, la xenofobia, el racismo, el machismo, la egolatría, el culto a la personalidad, el autoritarismo o el dogmatismo, en realidad lo que se está negando explícita e implícitamente es la propia democracia y por tanto la posibilidad de construir situaciones y contextos más satisfactorios y coherentes con el cumplimiento y el desarrollo de los Derechos Humanos Universales. Y esto es algo que puede comprobarse y verificarse con los nuevos tipos de fundamentalismo, fascismo y nazismo que han venido desarrollándose en la vieja Europa, así como en Estados Unidos (Donald Trump) e incluso el propio Brasil con la irrupción del llamado bolsonarismo asociado a las religiones fundamentalistas evangélicas y pentecostales.²

A partir de todo esto, las relaciones entre la democracia y su desarrollo con la educación escolar necesariamente tienen que ser continuas y permanentes, además de formales e informales, explícitas y procedimentales e implícitas producto del desarrollo interior de actitudes de responsabilidad y solidaridad. Educar para la democracia es pues una competencia trascendental y estratégica de todas las instituciones educativas y formativas, que necesariamente tiene que ser coherente, es decir, no se trata de educar o formar democráticamente a los individuos “para” una supuesta y soñada sociedad del mañana, sino de participar y trabajar desde el primer momento o desde las primeras etapas del desarrollo humano en base a los valores éticos y democráticos. En este punto la educación escolar para la democracia no solo es inseparable de la educación moral y ética que a su vez está asociada a la reforma del pensamiento y a la reforma de la educación, sino sobre todo y también a la necesaria e indispensable coherencia entre lo que sentimos, pensamos, decimos y hacemos. La educación escolar para la democracia no es exclusivamente un asunto de “para” sino sobre todo una tarea permanente de “con”, “en”, “hacia” en el sentido de que nuestras prácticas profesionales docentes tienen necesariamente que prefigurar el modelo anunciado en el presente, en el momento y en la situación concreta en la que profesorado, alumnado y familias se encuentran. No hay que esperar pues, como decía Paulo Freire, a que las condiciones objetivas se presenten o se den para hacer posibles situaciones existenciales más satisfactorias, sino que por el contrario hay que asumir la responsabilidad, los riesgos y las apuestas a partir del momento y la situación concreta en la que vivimos. Así visto, el desarrollo y la profundización de la democracia no solo no se acaba nunca, sino que exige, además del compromiso personal y profesional, el impulso, la promoción y el ejercicio en todo momento y en todo lugar del pensamiento complejo que es al mismo tiempo crítico

¹ Fromm (1969).

² Una excelente obra muy recomendable para conocer y comprender el escenario internacional de la emergencia de populismos conservadores y tradicionalistas y de movimientos sociales y políticos de carácter racista, xenóbo, machista, ultrreligiosos, militaristas y neofascistas es la del prestigioso teólogo Tamayo (2020).

y autocrítico, ético y estético, estratégico y táctico. Todo lo cual requiere una revisión y una reforma radical, como ya he señalado de los sistemas de formación inicial y continua del profesorado, especialmente del sector que se dedica profesionalmente a la enseñanza obligatoria ya sea infantil, primaria o secundaria.

Desafortunadamente o al menos así lo creo, la tendencia a despojar y suavizar los conceptos e ideas clave de los grandes pensadores y líderes pedagógicos, sociales y políticos es algo habitual en la sociedades burocratizadas y mediáticas. Esto hace que sus mensajes más radicales y transformadores, o aquellos que suponen un cambio profundo de actitudes personales, no solo no lleguen al gran público y a los profesionales de la docencia básica, sino que se quedan encapsulados y de algún modo patrimonializados por los sectores profesionales de los niveles superiores de enseñanza, como son los universitarios y académicos en general. Y esto es precisamente lo que ha sucedido con personajes universales como Paulo Freire y Edgar Morin en cuanto que al santificarlos, sacramentalizarlos, burocratizarlos y colocarlos a enorme distancia de nuestra realidad cotidiana del presente y de nuestra conducta personal y profesional, los desposeemos sin darnos cuenta de sus valores más radicales de transformación social y personal, algo por cierto a lo que contribuyen los grandes medios de (in)comunicación que promueven la superficialidad, el sensacionalismo, las fake-news y el olvido intencionado de todo aquello que apunta y denuncia sus lucrativos intereses de defensores del (des)orden social establecido.

A su juicio, ¿cuáles son los componentes esenciales para construir una educación escolar comprometida con la democracia?

Juan Miguel Batalloso Navas: Basándome en las aportaciones de Edgar Morin, Paulo Freire y en mi propia experiencia personal como docente y educador, me atrevo a señalar que toda educación escolar comprometida con la democracia debe impulsar, promover y asumir la responsabilidad de los siguientes aprendizajes:

- Aprender a convivir en el sentido de promover un desarrollo moral progresivo que vaya desde la heteronomía a la autonomía moral, lo cual incluye otros aprendizajes simultáneos como aprender a ser empáticos; aprender a ofrecer y recibir afectos; aprender a escuchar; aprender a dialogar; aprender a conocerse a sí mismo sabiendo identificar nuestros impulsos emocionales e irracionales; aprender a diseñar, construir y ejecutar normas y procedimientos de convivencia y de toma de decisiones participativas en las que estén representados todos los afectados e implicados, etc.
- Aprender a “ser buena persona” en el sentido de practicar de un modo natural y espontáneo la honradez, la honestidad, la generosidad, la coherencia, la integridad, la responsabilidad, la cordialidad, la concordia, la solidaridad y poco a poco la misericordia y la compasión como grandes virtudes de fondo presentes en todas las religiones y culturas del mundo. Y esto es algo que no es solamente válido para la educación democrática, sino también para la conquista de la excelencia profesional, como así ha afirmado y reiterado en varias ocasiones el padre de las “inteligencias múltiples” y prestigioso Howard Gardner. No obstante aprender a “ser buena persona” no es exclusivamente un asunto de educación moral y ética, sino que implica también y al mismo tiempo aprender a conocerse a sí mismo (Autoconocimiento); aprender a distinguir entre intenciones, deseos, opiniones de los hechos de la conducta observable; aprender habilidades emocionales, cognitivas y sociales; aprender a autorrealizarse y desarrollar conductas creativas, innovadoras y posibilitadoras de un sentido personal de nuestra propia existencia; aprender a diseñar, ejecutar y evaluar proyectos con autonomía y creatividad; aprender a tomar decisiones, etc...
- Aprender a pensar críticamente, así como a adquirir hábitos interrogativos, un pensamiento que comienza en primer lugar por impulsar y promover la formulación de preguntas no exclusivamente de respuestas conocidas o fácilmente verificables, sino sobre todo aquellas que implican nuevos estilos de pensar que profundizan en los errores del conocimiento e identifican prejuicios, estereotipos, falsedades y necesitan del concurso de diversos ámbitos del conocimiento. Como testimonios encarnados de pensamiento crítico, no me cabe ninguna duda de que Edgar Morin y Paulo Freire son ejemplos paradigmáticos. Hay que facilitar desde el primer momento que nuestros alumnos formulen preguntas de

todo tipo y especialmente las radicales, aquellas que apuntan y van a las raíces, aquellas que como decía Paulo Freire sirven para identificar y al mismo tiempo denunciar quien se beneficia y quien se perjudica con una determinada acción o con un comportamiento continuado. En todo caso aprender a pensar críticamente es inseparable de aprender a pensar complejamente lo cual implica: 1. Partir de lo concreto y de las necesidades reales de las personas y de los grupos. 2. Ser capaz de formular y responder preguntas esenciales. 3. Evaluar la información disponible y la que se ofrece en el diálogo utilizando criterios, valores y acuerdos. 4. Llegar a conclusiones siempre provisionales basadas en criterios racionales probatorios. 5. Reconocer los supuestos implícitos y las creencias en las que se basan las ideas que se ofrecen en el diálogo o en el texto. 6. Ser capaz de proponer alternativas, sugerir cambios y elaborar nuevas proposiciones.

- Aprender a participar económica, social, política y profesionalmente en todos los grupos sociales a los que pertenecemos, recreando todas las formas de encuentro y decisiones colectivas que conocemos. Se trata en suma de profundizar y ampliar el espectro de las democracias representativas para que se transformen en democracias participativas apuntando a lo que se conoce como “democracia profunda”, concepto acuñado por el prestigioso psicólogo transpersonal Arnold Mindell³. Así pues todo lo que sea facilitar y realizar encuentros, reuniones y asambleas para dialogar, estudiar colectivamente, analizar situaciones, tomar decisiones son actividades indispensables desde los primeros años de escolaridad.⁴
- Aprender a desarrollar nuestra conciencia, especialmente en aquellos aspectos relativos a la conquista de una sostenible paz interior, armonía, integridad, sosiego y serenidad, lo cual no es otra cosa que desarrollar nuestra conciencia espiritual como dimensión ontológica de cualquier ser humano. Así pues y tal como yo la entiendo, la educación democrática además de estar ligada a la participación, la convivencia, el pensamiento crítico o el ser una buena persona, lo cual sin duda alguna se inscribe en la dimensión y la naturaleza política de toda educación, tiene que estar conectada y vinculada también al desarrollo personal interior y a la educación espiritual. En este punto, la educación espiritual no consiste en adicionar o dotar al currículum de conocimientos esotéricos o religiosos, sino más bien todo lo contrario, se trata sencillamente de animar y estimular en todas las personas su sensibilidad, su capacidad de admiración y reverencia por todo lo creado y por todo lo vivo, fomentando en ellos al mismo tiempo el desarrollo de una conciencia ética planetaria. Se trata de alguna manera de propiciar un despertar a la sensibilidad y la contemplación de y por la naturaleza; de fomentar la bondad, la generosidad y la compasión por los demás, por uno mismo y por todos los seres vivos; de hacernos responsables socialmente explorando nuevos caminos a través de la creatividad, el arte, la poesía, la literatura, porque en definitiva la espiritualidad se materializa a través del arte, la creación, la vida y el amor. Al contrario de lo que generalmente se cree, el desarrollo de la inteligencia espiritual no consiste en la práctica de una religión determinada, ya que no se trata de imponer o de ofrecer un conjunto de reglas y creencias que proceden de revelaciones o de jerarquías eclesásticas. La inteligencia espiritual se concibe más bien como una capacidad innata que todos los seres humanos poseemos y que no está asociada a conocimientos e informaciones que procedan de la cultura escolar, sino que por el contrario es algo que se activa y desarrolla en todos los momentos de nuestra vida cotidiana en la medida en que ponemos en juego el despliegue de capacidades como las siguientes:
 1. Buscar y encontrar significados usándolos en la solución de nuestros problemas. Ser capaces de autorientarnos, encontrar los principios que guíen y tutelen nuestra conducta desde nuestro propio interior. Llegar a ser aprendices y maestros de nosotros mismos.
 2. Transformar nuestra conciencia, nuestras fijaciones y programaciones. Ser capaces de desaprender o de descubrir y eliminar aquellas rutinas mentales que han quedado fijadas a nuestra estructura emocional y nos hacen sufrir. Investigar y descubrir capas

³ Mindell (2004).

⁴ En este punto las ideas, sugerencias y propuestas concretas del universal pedagogo francés Celestin Freinet, me parecen indispensables.

más profundas de nosotros mismos, encontrando un soporte de sentido para la creación de nuestro propio maestro interior.

3. Reconocer los valores y cualidades positivas existentes en los demás, en la sociedad, en la naturaleza, pero también en nosotros, siendo capaces de encontrar nuevas cualidades y valores. Desarrollar un sentido de esperanza activa y de fe en que todo puede mejorarse dado que todo está en movimiento y en un proceso de permanente cambio.
4. Tomar conciencia de uno mismo, siendo capaz de analizar la propia conducta, los pensamientos y sentimientos, estableciendo conexiones entre ellos y reconociendo su procedencia.
5. Ser capaces de afrontar, trascender el dolor y el sufrimiento, utilizándolos como medios de aprendizaje y de crecimiento personal. Desarrollar una conformidad interna que no es resignación sino humildad, que no es derrota ni desesperanza sino aceptación de nuestras limitaciones y de nuestra provisionalidad.
6. Buscar y trabajar conscientemente por conseguir la serenidad y la paz interior, a través de la introspección, el diálogo interno, la meditación, la relajación, la contemplación, el recogimiento o cualquier procedimiento o estrategia que vaya al profundo ser interno de cada uno.
7. Desarrollar el pensamiento divergente y la independencia de campo, siendo capaces de proponer alternativas creativas e intuitivas a situaciones y problemas de la vida cotidiana. Ir más allá de lo establecido, rutinario descubriendo nuevas dimensiones de la realidad, haciéndonos nuevas preguntas y explorando nuevos territorios y posibilidades de desarrollo humano.
8. Pensar, sentir y actuar de forma coherente evitando conscientemente hacer daño a los demás y a nosotros mismos. Tener un especial sentido de respeto por la Naturaleza, la vida, nuestros semejantes y nosotros mismos.
9. Ser capaces de alegría existencial, de alegría que sale del interior y que no es fruto del consumo ni de la satisfacción de los deseos, sino de la tranquilidad de conciencia que ofrece el aceptar las cosas tal y como son.
10. Desarrollar un sentido de conformidad que no es conformismo ante las situaciones injustas, sino todo lo contrario: rebeldía y esperanza activa de que la sociedad debe ser liberada de las injusticias y las desigualdades, al mismo tiempo que nos liberamos interiormente y crecemos espiritualmente.
11. Dar y recibir afectos, ofrecer y aceptar ternura, practicar la compasión como virtud de compartir sentimientos, percepciones, momentos y cosas materiales.

Por último, debo señalar que la educación espiritual no podemos confundirla con la educación religiosa aunque obviamente tiene evidentes conexiones. La educación espiritual no puede configurarse nunca como un proyecto educativo basado en la imposición, el autoritarismo, el dogmatismo, la tradición, la exclusión o la aceptación de verdades de fe, sino que por el contrario habrá de fundarse en una «espiritualidad transreligiosa» ya que la verdad, como nos recuerda Krishnamurti, es un país sin caminos, caminos que cada ser humano de forma única y original puede recorrer y organizar de forma enteramente personal. La educación espiritual en suma exige reconocer las grandes aportaciones a la Psicología y a la Pedagogía de los grandes maestros y educadores de la humanidad como Lao Tsé, Buda, Jesucristo, Teresa de Jesús, Juliana de Norwich, Teresa de Calcuta, Francisco de Asís, Rumi, Ibn-El-Arabí, Rabindranath Tagore, Gandhi; Martin Luther King; Helder Camara, Pedro Casaldáliga, Monseñor Romero y otras muchas mujeres y hombres que nos han ayudado y enseñado a emprender nuestro propio camino de paz, esperanza y amor.

Además de los proyectos neoliberales y neoconservadores, ¿ve otros desafíos para la construcción de una educación para la democracia, ya sea en relación con las políticas públicas, los docentes o los estudiantes?

Juan Miguel Batalloso Navas: Desde mi particular punto de vista y en el momento de crisis civilizatoria en el que nos encontramos agudizado por los efectos mortíferos del cambio climático, la crisis del Covid-19, el avance de ideologías fundamentalistas y de odio asociados a movimientos y partidos políticos de corte neofascista me resulta imposible no prestar

atención a la necesaria, urgente y permanente lucha contra toda forma de legitimación, reproducción y ampliación del sistema capitalista actual. A su vez, los acontecimientos bélicos de la invasión de Ucrania y sus efectos de muertes humanas, destrucción del medio y su impacto en la economía mundial y la inflación; la crisis en el suministro y distribución de la energía y el terrible e imparable aumento de la desigualdad social en todo el Planeta, me hacen igualmente imposible desde un punto de vista estrictamente racional no destacar, al igual que hace Morin en su "Vía para el futuro de la Humanidad" la imperiosa necesidad de acabar, eliminar o al menos suavizar los trágicos y catastróficos efectos ecológicos y sociales en el conjunto de toda la humanidad provocado por el actual "Paradigma de la dominación" como señalan Hathaway y Boff.⁵

Obviamente esto me lleva a considerar que el núcleo central y transversal de cualquier proceso, itinerario o institución educativa o formativa, siguiendo al insigne y universal Paulo Freire, es siempre de naturaleza política. Por tanto, la denuncia del actual sistema civilizatorio productivista, capitalista y mercantil nacido en siglos pasados y alimentado por el paradigma tecnocientífico mecanicista y reduccionista, tiene necesariamente que ser un objeto de conocimiento y de formación en todos los ámbitos. La Educación, ya sea institucionalizada o informal no puede permanecer al margen de lo que sucede en nuestra realidad económica, social, política y planetaria. Con esto quiero señalar que no basta ya con aprender a conocer, aprender a hacer, aprender a ser y aprender a convivir como nos dijo el Informe Delors de la UNESCO de 1996⁶, como tampoco reconocer el valor y las exigencias epistemológicas, metodológicas, éticas y educativas de los conocidos "Siete saberes"⁷ de Edgar Morin.

Desde mi punto de vista, hay que dar un gran salto cualitativo generalizado en las urgentes y necesarias reformas de todos los sistemas educativos del mundo y esto necesariamente implica abordar el análisis del actual desorden social generalizado y sus más diversas causas desde una perspectiva compleja y contemplando las aportaciones al conocimiento del conocimiento y a la Educación de Edgar Morin y Paulo Freire. Y aun así, tampoco basta con analizar, denunciar o identificar los desajustes, injusticias, desequilibrios y conflictos ocasionados por el sistema dominante y su paradigma legitimador, es necesario dar un paso más. Un paso que no es otro que el del compromiso personal, social, institucional, ético y político arriesgando lo que haya que arriesgar para transformar no solo las políticas públicas que hacen posible la dominación sino también para construir, realizar y desarrollar políticas más democráticas y sensibles a los Derechos Humanos y del Planeta Tierra. Y esto es algo que tanto Edgar Morin, como Paulo Freire han testimoniado a lo largo de toda su vida personal, social, política e intelectual. Algo por cierto que a menudo se olvida o se ignora cuando sabemos que Freire tuvo que exiliarse de Brasil como consecuencia de la represión orquestada por el golpe militar de 1964 y la dictadura de 21 años subsiguiente, lo cual no le impidió formar parte de los fundadores del Partido de los Trabajadores, así como animar y apoyar todos los movimientos reivindicativos y populares como el Movimiento de los Sin Tierra. Algo que también se olvida en el caso de Edgar Morin, luchador antifascista contra la invasión nazi de Francia además de instigador, impulsor y animador de todo tipo de movimientos sociales y culturales dirigidos a promover y profundizar en los valores democráticos. No en vano, Edgar Morin recibió el título de Gran oficial de la Legión de Honor de Francia, además de numerosas condecoraciones, premios y doctorados Honoris Causa al igual que sucedió con Paulo Freire. Pero lo verdaderamente importante y más trascendente de sus vidas es que son seres humanos de acción, de compromiso, de responsabilidad y de militancia social y política en favor de profundización de la Democracia y los Derechos Humanos Universales.

Así pues entiendo, que de ningún modo puede soslayarse la dimensión de la responsabilidad personal, social y política de la Educación y por tanto habría que introducir a mi juicio un nuevo tipo de estrategia educativa que incluya el "Aprender a comprometerse" o a ejercer los valores de responsabilidad y solidaridad con nuestros semejantes, con nuestro pueblo, nuestro país y con todo el Planeta. Y este compromiso que es inherente a la responsabilidad social y política de toda Educación significa en otros términos: 1) Educar para la democracia en su más amplio sentido de igualdad, libertad y fraternidad. 2) Educar para la ciudadanía

⁵ Hathaway e Boff (2014).

⁶ Delors et al. (1996).

⁷ Morin (2001).

planetaria, lo cual significa, como nos recuerda Leonardo Boof alargar y extender los Derechos humanos en la perspectiva más ecológica, sabiendo que el ser humano no es el único que tiene dignidad, sino también el planeta Tierra como totalidad. 3) Educar para los Derechos Humanos Universales y los Derechos de la Tierra como supraorganismo vivo.⁸ 4) Educar para la igualdad, la diversidad, el cuidado y la ternura poniendo el enfoque y el acento de forma específica y concreta en la lucha contra toda forma de discriminación por razón de sexo o género, lo cual significa en términos más amplios contra toda forma de dominación patriarcal que legitima, reproduce y naturaliza todas las formas de opresión, violencia y discriminación de las mujeres.

A partir de estos presupuestos orientados al aprendizaje del compromiso ético, social y político no me caben dudas de que el primero de los más grandes desafíos para la construcción de una educación para, por, en y con democracia es el cumplimiento, la profundización y la extensión de la Educación considerada como Derecho Humano Universal tal y como así se establece en el artículo 26 de la Declaración. Y esto significa en términos más concretos, hacer posible que la Educación en todos sus niveles posea un carácter y una naturaleza pública que vaya más allá del mero financiamiento por parte de los Estados, es decir, que sea del público y de toda la ciudadanía, posibilitando no solamente el acceso gratuito y universal sino también el derecho a la participación y la cogestión ciudadana en las instituciones educativas o formativas. Esto significa igualmente, un fortalecimiento y una ampliación progresiva de los fondos públicos destinados a la Educación en términos de gratuidad, igualdad de oportunidades, políticas compensatorias y de atención a la diversidad, dado que la Educación Democrática no puede seguir siendo una mercancía o un servicio al que se accede en función del poder adquisitivo del que disponen los ciudadanos. No basta pues con desburocratizar las organizaciones escolares, sino que también hay que desmercantilizarlas, desprivatizarlas y subordinarlas a las necesidades públicas y no a los intereses lucrativos e ideológicos de las empresas o instituciones privadas educativas y formativas. En este sentido, no se trata de negar la autonomía organizativa y el derecho a crear instituciones educativas conforme a las ideas que se tengan acerca de la innovación y las necesarias reformas educativas, sino de impedir que este derecho se convierta en un privilegio para el sector más acomodado o privilegiado de la ciudadanía. Se trata de conseguir una Educación de calidad para todos como sigue señalando con insistencia la Unesco, Educación basada en la igualdad en dignidad de todos los seres humanos, pero también en la diversidad y riqueza de todas las culturas. En suma, mantener, propiciar o garantizar que grandes empresas privadas con intereses puramente lucrativos ya sean económicos o ideológicos, sigan y sigan dominando los escenarios educativos nacionales e internacionales es a mi juicio radicalmente contrario al Derecho a la Educación, sin que por ello haya que uniformizar, estandarizar todas las instituciones en base a las normas educativas que emanan de las políticas educativas de turno.

En este punto resulta de suma importancia destacar que las políticas públicas en Educación han venido perdiendo progresivamente autonomía y capacidad de respuesta para satisfacer las necesidades educativas nacionales, subordinándose así a las estrategias internacionales que vienen primando permanentemente los intereses económicos, el crecimiento ilimitado, la competitividad, las competencias profesionales y la lucha descarnada por conseguir los mejores puestos de los rankings internacionales en materia de lo que se considera que son las finalidades más importantes de la Educación. Esto nos ha ido llevando de forma acelerada al desmantelamiento, la desprotección y la marginación de las enseñanzas humanísticas como la Historia, la Filosofía o la Ética, como así viene señalando permanentemente la filósofa norteamericana Martha Nussbaum⁹ y el propio Edgar Morin nos recuerda en toda su obra.

Pero además de todo esto, es de suma satisfacción para mí comprobar que estas ideas personales acerca de una Educación Democrática a lo largo de toda la vida y considerada como un Derecho Humano Universal, hayan sido expresadas con extraordinario rigor, amplitud, profundidad y fundamento en los Informes de la denominada "Comisión internacional sobre Los futuros de la educación" establecida por la UNESCO en 2019 e integrada por líderes de pensamiento de los círculos académico, científico, gubernamental, empresarial y educativo. Así

⁸ Batalloso (2008).

⁹ Nussbaum (2015).

por ejemplo, en el Informe de 2020 titulado “La educación en un mundo tras la COVID: Nueve ideas para la acción pública¹⁰” se dice y se da cuenta de los que considero que son los más trascendentales desafíos educativos para el momento actual, que siguiendo textualmente este excelente Informe son:

- *Comprometerse a fortalecer la educación como un bien común. La educación es un baluarte contra las desigualdades. Tanto en la educación como en la salud, para estar a salvo todos deben estarlo también; es decir, que avanzamos cuando todos avanzan.*
- *Ampliar la definición del derecho a la educación para abordar la importancia de la conectividad y el acceso al conocimiento y la información. La Comisión hace un llamamiento a entablar un debate público mundial sobre las formas de ampliar el derecho a la educación, en el que participen, entre otros interesados, alumnos de todas las edades.*
- *Valorar la profesión docente y la colaboración de los maestros. Los educadores han aportado respuestas muy innovadoras a la crisis de la COVID-19, teniendo en cuenta que los sistemas que han demostrado mayor resiliencia son los más comprometidos con las familias y las comunidades. Debemos fomentar condiciones que den a los educadores de primera línea autonomía y flexibilidad para actuar conjuntamente.*
- *Promover la participación y los derechos de los estudiantes, los jóvenes y los niños. La justicia intergeneracional y los principios democráticos deberán obligarnos a dar prioridad a la amplia participación de los estudiantes y los jóvenes en la preparación conjunta del cambio deseable.*
- *Proteger los espacios sociales que ofrecen las escuelas a medida que transformamos la educación. La escuela como espacio físico es indispensable. La organización tradicional de las aulas debe dar paso a formas diversas de “dar clase”, pero la escuela como espacio-tiempo independiente de la vida colectiva, específico y diferente de otros espacios de aprendizaje, debe mantenerse.*
- *Poner tecnologías libres y de código abierto a disposición de los docentes y estudiantes. Se deben apoyar los recursos educativos abiertos y las herramientas digitales de acceso abierto. La educación no puede prosperar con un contenido preparado de antemano fuera del espacio pedagógico, y sin tener en cuenta las relaciones humanas entre docentes y alumnos. La educación tampoco puede depender de plataformas digitales controladas por empresas privadas.*
- *Asegurar la impartición de conocimientos científicos básicos en el plan de estudios. Este es el momento adecuado para emprender una reflexión a fondo sobre los planes de estudios, en particular al oponernos a la negación del conocimiento científico y combatir activamente la desinformación.*
- *Proteger la financiación nacional e internacional de la educación pública. La pandemia tiene el poder de socavar varios decenios de progreso. Los Gobiernos nacionales, las organizaciones internacionales y todos los asociados del sector de la educación y el desarrollo deben reconocer la necesidad de fortalecer la salud pública y los servicios sociales, pero movilizarse simultáneamente en favor de la protección de la educación pública y su financiación.*
- *Fomentar la solidaridad mundial para poner fin a los niveles actuales de desigualdad. La COVID-19 nos ha mostrado hasta qué punto nuestras sociedades instrumentalizan los desequilibrios de poder, y nuestro sistema mundial las desigualdades. La Comisión pide que se renueven los compromisos con la cooperación internacional y el multilateralismo, junto con una revitalización de la solidaridad mundial que tenga como base la empatía y el reconocimiento de nuestra humanidad común.*

Finalmente, aprovecho la oportunidad para reseñar aquí también el último y más reciente Informe de la citada Comisión de la Unesco del presente año 2022 “Reimaginar juntos nuestro futuro. Un nuevo contrato social para la educación”¹¹ en el que han participado en un proceso de consulta mundial a lo largo de dos años un millón de personas de los más diferentes países e instituciones educativas del mundo. En él se señala textualmente que:

¹⁰UNESCO (2020).

¹¹UNESCO (2022). En este Informe no han participado las instituciones y agentes educativos de Brasil, si bien el profesor emérito de la Universidad de Brasilia, Cristovam Buarque, forma parte de la Comisión Internacional sobre los Futuros de la Educación. En el caso de España han participado solamente tres centros educativos, uno privado y dos públicos.

En la actualidad, las formas en que organizamos la educación en todo el mundo no permiten garantizar sociedades pacíficas, un planeta sano y un progreso compartido que beneficie a todos. De hecho, algunas de nuestras dificultades provienen de la forma en que educamos. Un nuevo contrato social para la educación debe permitirnos pensar de manera diferente el aprendizaje y las relaciones entre estudiantes, docentes, conocimiento y el mundo.

Propuestas para renovar la educación:

1. La pedagogía debe organizarse en torno a los principios de cooperación, colaboración y solidaridad. Debe fomentar las capacidades intelectuales, sociales y morales de los estudiantes para trabajar juntos y transformar el mundo con empatía y compasión. También hay que desaprender algunas cosas, como los sesgos, los prejuicios y las divisiones. Los procesos de evaluación pedagógicos deben reflejar estos objetivos, de manera que se promueva un crecimiento y un aprendizaje significativos para todos los estudiantes.
2. Los planes de estudio deben hacer hincapié en el aprendizaje ecológico, intercultural e interdisciplinario que ayude a los estudiantes a acceder y contribuir al saber, al mismo tiempo que desarrollan su capacidad de aplicarlo y de cuestionarlo. Los planes de estudio deben adoptar una comprensión ecológica de la humanidad que reequilibre la forma en que nos relacionamos con la Tierra como un planeta vivo y como nuestro único hogar. La difusión de la desinformación debe contrarrestarse mediante un conocimiento científico, digital y humanístico que desarrolle la capacidad de distinguir lo verdadero de lo falso. En los contenidos, políticas y métodos educativos debemos promover la ciudadanía activa y la participación democrática.
3. La enseñanza debe profesionalizarse aún más, como un esfuerzo de colaboración en el que los docentes son reconocidos por su trabajo como generadores de conocimiento y figuras clave en la transformación educativa y social. La colaboración y el trabajo en equipo deben caracterizar el trabajo de los docentes. La reflexión, la investigación y la creación de conocimientos y nuevas prácticas pedagógicas deben ser parte integrante de la enseñanza. Esto significa que hay que apoyar su autonomía y libertad y que deben participar plenamente en el debate público y el diálogo sobre los futuros de la educación.
4. Las escuelas deben ser sitios educativos protegidos dado que promueven la inclusión, la equidad y el bienestar individual y colectivo. Además, deben reimaginarse para promover mejor la transformación del mundo hacia futuros más justos, equitativos y sostenibles. Las escuelas deben ser lugares que reúnan a diversos grupos de personas y los expongan a retos y posibilidades que no están disponibles en otros lugares. Las arquitecturas escolares, los espacios, los tiempos, los horarios y las agrupaciones de estudiantes deben rediseñarse para fomentar y permitir que las personas trabajen juntas. Las tecnologías digitales deberían tener como objetivo apoyar –y no reemplazar– a las escuelas. Las escuelas deben modelar el futuro al que aspiramos garantizando el respeto a los derechos humanos y convirtiéndose en ejemplos de sostenibilidad y neutralidad de carbono.
5. Debemos disfrutar y ampliar las oportunidades educativas que tienen lugar a lo largo de la vida y en diferentes espacios culturales y sociales. En todos los momentos de la vida, las personas deben tener oportunidades educativas significativas y de calidad. Debemos de vincular el conjunto de espacios de aprendizaje, ya sean construidos, naturales o virtuales, para aprovechar el potencial de cada uno. Las responsabilidades clave corresponden a los gobiernos, cuya capacidad para la financiación pública y la regulación de la educación debe reforzarse. El derecho a la educación debe ampliarse para que sea permanente y englobe el derecho a la información, la cultura, la ciencia y la conectividad.

ANÁLISE DA ENTREVISTA E CONCLUSÕES

Para uma leitura analítica da entrevista, foram selecionadas três dimensões da educação para a democracia identificados por De Paula (2023), quais sejam: ensino da democracia, vivência da democracia e defesa da democracia. Essas dimensões funcionam como eixos estruturantes que se articulam de modo recursivo e são atravessados por uma crítica epistemológica mais ampla ao eurocentrismo e à racionalidade ocidental hegemônica. Esses eixos não funcionam como categorias estanques, mas como campos de problematização que revelam a compreensão

da democracia como processo histórico, relacional e permanentemente inacabado, exigindo da educação um posicionamento ético, político e epistemológico consistente.

Na dimensão do ensino da democracia, as reflexões do entrevistado afastam-se explicitamente de uma concepção conteudista ou normativa da formação democrática. Ensinar democracia não significa transmitir definições, modelos institucionais ou princípios abstratos, mas introduzir os sujeitos na complexidade dos fenômenos políticos, reconhecendo suas ambivalências, conflitos, retrocessos e incertezas.

A democracia aparece, assim, como objeto de conhecimento complexo, cuja compreensão demanda a superação do pensamento simplificador, fragmentado e linear. A centralidade do pensamento complexo reside justamente na capacidade de articular ordem e desordem, estabilidade e crise, intenções e efeitos não previstos na ecologia da ação.

Além disso, o ensino da democracia, tal como delineado na entrevista, implica uma reforma do pensamento e do currículo, em consonância com as proposições de Edgar Morin. Essa reforma exige deslocar o foco da mera acumulação de informações para o desenvolvimento de capacidades cognitivas e éticas, como a problematização do conhecimento, a identificação dos erros e ilusões da racionalidade dominante e a contextualização histórica e cultural dos saberes. Nesse sentido, ensinar democracia é formar sujeitos capazes de compreender os mecanismos de dominação que operam sob discursos aparentemente neutros e tecnocráticos, reconhecendo que toda educação é atravessada por escolhas políticas, explícitas ou implícitas.

A dimensão da vivência da democracia aprofunda essa discussão ao evidenciar que os valores democráticos não se consolidam prioritariamente por meio do discurso, mas pela experiência concreta. A democracia, conforme enfatizado pelo entrevistado, aprende-se na prática cotidiana das relações, nas formas de convivência, nos modos de organização institucional e nos processos de tomada de decisão. A vivência democrática supõe coerência entre princípios e práticas, entre o que se anuncia como ideal educativo e o que efetivamente se realiza nos espaços escolares e formativos.

Essa dimensão experiencial da democracia desloca a educação de uma lógica preparatória (educar para um futuro democrático) para uma lógica prefigurativa, na qual os valores democráticos precisam ser exercidos no presente. A participação, o diálogo, a corresponsabilidade e o reconhecimento do outro não podem ser adiados ou simulados, sob pena de esvaziar o próprio sentido da educação democrática.

Desse modo, a escola e as instituições formativas são convocadas a se constituírem como microespaços de democracia vivida, nos quais conflitos não são negados, mas enfrentados de forma dialógica e ética, reforçando a dimensão formativa da experiência democrática.

A terceira dimensão, referente à defesa da democracia, situa a educação no interior da crise civilizatória contemporânea e da recessão democrática global. A entrevista explicita que educar democraticamente é, inevitavelmente, assumir uma posição de resistência frente às múltiplas formas de autoritarismo, fundamentalismo e desumanização que atravessam o cenário político atual. A defesa da democracia não se restringe à preservação de procedimentos eleitorais ou institucionais, mas envolve o enfrentamento das condições estruturais que corroem os vínculos sociais, ampliam desigualdades e naturalizam a exclusão.

Nesse contexto, a educação é concebida como espaço estratégico de compromisso ético e político, no qual se disputa o sentido da democracia e da própria vida em comum. Defender a democracia implica formar sujeitos capazes de reconhecer os riscos da instrumentalização do medo, do ódio e da desinformação, bem como de sustentar apostas coletivas orientadas pela dignidade humana, pelos direitos humanos e pelos direitos do planeta.

A educação, portanto, não é neutra frente às ameaças autoritárias; ao contrário, ela se torna um dos principais campos de luta simbólica e prática pela manutenção e aprofundamento dos valores democráticos.

De modo transversal a essas três dimensões, a entrevista dialoga com as críticas reiteradas de Edgar Morin ao predomínio das ideias ocidentais como parâmetro único de racionalidade, progresso e correção epistemológica. A partir dessa crítica, emerge a defesa de uma educação que articule o pensamento complexo com um pensamento do Sul, capaz de reconhecer a pluralidade de saberes, culturas e experiências históricas silenciadas ou subalternizadas pela

modernidade ocidental. Essa articulação não se configura como rejeição do pensamento ocidental, mas como sua contextualização crítica, abrindo espaço para diálogos interculturais e epistemológicos mais amplos.

Nesse sentido, a educação democrática delineada na entrevista aponta para um horizonte de metamorfose civilizatória, no qual a complexidade e o pensamento do Sul se complementam na construção de alternativas ao paradigma tecnocientífico, produtivista e eurocêntrico. Ao integrar ensino, vivência e defesa da democracia, a educação assume um papel transformador, comprometido com a formação de sujeitos capazes de pensar criticamente, agir solidariamente e sustentar a esperança ativa de que outros modos de viver, conviver e governar são historicamente possíveis.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Juan Miguel Batalloso Navas, pela generosidade de compartilhar seu tempo e suas reflexões a respeito da educação para a democracia, permitindo-nos ver mais além. À Universidade Federal de Goiás, instituição de educação superior, pública e gratuita, pela contribuição inestimável para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

- Batalloso, J. M. **Entrevista a Leonardo Boff**. Sevilla: Paulo Freire Institut, 2008. Disponível em: <https://batalloso.com/wp-content/uploads/2021/12/Entrevista-a-Leonardo-Boff.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- Delors, J. *et al.* **La educación encierra un tesoro**. Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la educación para el siglo XXI. Madrid: Santillana-Unesco, 1996.
- De Paula, A. H. C. **Educação para a democracia**: reflexões a partir de Edgar Morin. 2023. 340 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.
- FROMM, E. **El arte de amar**. Madrid: Paidós, 1969.
- Hathaway, M.; Boff, L. **El Tao de la liberación**. Una ecología de la transformación. Barcelona: Trotta, 2014.
- MINDELL, A. **Sentados en el fuego**: como transformar grandes grupos mediante el conflicto y la diversidad. Barcelona: Icaria, 2004.
- MORIN, E. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. Barcelona: Paidós, 2001.
- Nussbaum, M. **Discurso para la ceremonia de presentación del doctorado honoris causa de la Universidad de Antioquia**. Medellín: UdeA, 2015. Disponível em: <https://udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/campanas/mensajeros-cuaderno-2021/martha-nussbaum>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- TAMAYO, J. J. **La internacional del odio**. ¿Cómo se construye? ¿Cómo se deconstruye? Barcelona: Icaria, 2020.
- UNESCO. **La educación en un mundo tras la COVID**: nueve ideas para la acción pública. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373717_spa. Acesso em: 29 abr. 2024.
- UNESCO. FUNDACIÓN SM. **Reimaginar juntos nuestro futuro**. Un nuevo contrato social para la educación. Paris: UNESCO; SM, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381560>. Acesso em: 29 abr. 2024.

Contribuições dos autores

AHCP: Conceitualização, Metodologia, Gerenciamento de dados, Coleta de dados, Análise de dados, Preparação visual dos dados, Escrita. MVRs: Administração do projeto (orientação), Revisão (revisão crítica do manuscrito original e aprovação da versão a ser submetida).

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editora Adjunta Executiva: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara